FREGUESIA
QUELUZ - BELAS
a crescer consigo

Concordo
2021.03.09

CONSULTA PRÉVIA Nº CP 4/2021

AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA LIGEIRA DE MERCADORIAS DE CAIXA ABERTA DOTADA DE GRUA

CADERNO DE ENCARGOS

QUELUZ Rua Conde de Almeida Araújo, 44 2745-061 Queluz
BELAS Praça 5 de Outubro, 14 2605-021 Belas
CASAL DA BAROTA Praceta Infanta D.Isabel de Portugal 11, Loja B 2605-651 Belas

geral@ufqueluzbelas.pt ufqueluzbelas.pt freguesiaqueluzbelas

JUNTA DE FREGUESIA DE QUELUZ E BELAS
214 346 610
NÚMERO ÚNICO

PARTE I

CLÁUSULAS GERAIS

CAPÍTULO 1

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto do Procedimento

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a Aquisição de uma viatura ligeira de mercadorias de caixa aberta dotada de grua.

Artigo 2.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

O procedimento foi aberto nos termos do artigo 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual), sendo certo que o órgão competente para a decisão de contratar é o Órgão Executivo, que autorizou o presente procedimento em reunião de Executivo a 10 de fevereiro de 2021, a realização da despesa, nos termos do artigo 36.º do CCP.

Cláusula 3.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos;
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
   a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
   b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
   c) O presente Caderno de Encargos;
   d) A proposta adjudicada;

e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados;
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contracto, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª

Proposta

A proposta deve incluir, preço da viatura a fornecer, nas condições constantes das especificações técnicas (vide cláusula 26ª), sem a inclusão do IVA.

Cláusula 5.ª

Prazo

1. O presente contrato produz efeitos, à data da formalização da adjudicação, ou da celebração do contrato escrito, sempre que a ele houver lugar;
2. O prazo máximo para fornecimento dos bens é de 20 dias;
3. O contrato mantém-se em vigor até à entrega da viatura pelo adjudicatário, bem como o cumprimento de todas as demais obrigações, em conformidade com os respetivos termos e condições constantes no presente caderno de encargos e seus anexos e no disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula 6.ª

Obrigações principais do fornecedor

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
   a) Fornecer a viatura de acordo com os requisitos definidos neste caderno de encargos e demais documentos contratuais;
   b) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições do fornecimento, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem;
   c) Comunicar à entidade adjudicante, logo que deles tenham conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento do bem, bem como o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contracto celebrado;
   d) Não alterar as condições do fornecimento à exceção dos casos previstos no presente caderno de encargos;
   e) Fornecer o bem com observância das normas vigentes e que se relacionem com o objeto do contracto, e com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
   f) Cumprir todas as condições fixadas para o fornecimento;
   g) Fornecer o bem nas condições, prazo e preço contratados;
   h) Fornecer o bem devidamente legalizado com todos os elementos que permitam a total operacionalidade do mesmo, tendo em conta a natureza e fim a que se destina, incluído toda a documentação legalmente exigível;
   i) Garantir um serviço de assistência técnica do bem;
2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios

humanos, equipamentos, materiais e tecnologias que sejam necessários e adequados ao fornecimento, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução do fornecimento, cumprir com zelo o serviço prestado, dar resposta célere por solicitação da União das Freguesias de Queluz e Belas;

3. O adjudicatário obriga-se a garantir que o fornecimento, no âmbito das suas obrigações contratuais observam todas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Cláusula 7.ª

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O fornecedor obriga-se a entregar à União das Freguesias de Queluz e Belas, o bem objeto do contracto com as características e especificações técnicas previstas na clausula 26.ª do presente Caderno de Encargos;
2. O bem, objeto do contracto deve ser entregue em perfeitas condições de serem utilizados para o fim a que se destinam e devidamente apetrechado com o equipamento previsto na referida cláusula;
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens;
4. O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância do bem objeto do contrato, que exista no momento em que o mesmo lhe é entregue.

Cláusula 8.ª

Entrega dos bens objeto do contracto

1. A viatura, deve ser entregue no local indicado pela União das Freguesias de Queluz e Belas;
2. Sempre que ocorra um caso de força maior, devidamente comprovado e que implique a suspensão da entrega do veículo ou da prestação dos serviços, deve a Entidade Adjudicada, logo que dele tenha conhecimento, requerer à Entidade Adjudicante que lhe seja concedida uma prorrogação adequadamente fundamentada do respetivo prazo.

Cláusula 9.ª

Inspeção

1. Efetuada a entrega da viatura, a entidade adjudicante, por si ou através de terceiro por ele designado, procede à inspeção qualitativa da mesma, com vista a verificar se o bem cumpre as condições técnicas estabelecidas na clausula 26.ª do presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei;
2. Durante a fase de inspeção a que se refere o número anterior, o fornecedor deve prestar à União das Freguesias de Queluz e Belas toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

Cláusula 10.ª

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. Se na sequência da inspeção prevista na cláusula anterior não se comprovar a total operacionalidade do bem objeto do contracto, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na clausula 27ª a entidade adjudicante deve informar, por escrito, o fornecedor;
2. No caso previsto no número anterior, o fornecedor deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade do bem e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos;
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo fornecedor, no prazo respetivo, a entidade adjudicante poderá solicitar a realização de nova inspeção ou proceder à aceitação do bem.

Cláusula 11.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a União das Freguesias de Queluz e Belas, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato;
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato;

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 12.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo é ilimitado, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA EBTIDADE ADJUDICANTE

Cláusula 13.ª

Parâmetro Base do Preço

1. O preço base corresponde à quantia de 45.000,00€ (quarenta e cinco mil euros). Pela aquisição do veículo, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a União das Freguesias de Queluz e Belas deve pagar ao adjudicatário o preço contratual constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido;
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à União das Freguesias de Queluz e Belas, nomeadamente os relativos ao transporte da viatura, para o respetivo local de entrega, seguros, fretes, taxas alfandegárias, demonstração das especificações técnicas, ensaio de todos os bens fornecidos e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças;

Cláusula 14.ª

Condições de Pagamento

1. A quantia devida pela entidade adjudicante, deve ser paga no prazo de 30 dias após a receção pela União das Freguesias de Queluz e Belas da respetiva fatura, a qual só poderá ser emitida após o vencimento das obrigações respetivas;
2. Para os efeitos do número anterior, a emissão da fatura deverá ser efetuada após a confirmação da conformidade dos bens adjudicados e a assinatura do auto de entrega;
3. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto ao valor indicado na fatura, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida;
4. As faturas são emitidas em nome da União das Freguesias de Queluz e Belas, Rua Conde Almeida Araújo nº 44, 2745-061 Queluz, onde deve constar obrigatoriamente o número de compromisso, sob pena de devolução das mesmas;
5. Desde que devidamente emitida e observado o disposto no n.º 1, a fatura é paga através de transferência bancária, devendo o fornecedor indicar o IBAN para o efeito.

CAPÍTULO III

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 15.ª

Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contracto, a entidade adjudicante pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária diária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos: P=V*A/500, em que P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor o contrato/do fornecimento dos bens/serviços em atraso e A é o n.º de dias em atraso;
2. Em caso de resolução do contracto por incumprimento do fornecedor, a União das Freguesias de Queluz e Belas pode exigir-lhe uma pena pecuniária de 0.5% até 20% do valor do contracto;
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a União das Freguesias de Queluz e Belas tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de

serviços e as consequências do incumprimento;

4. A União das Freguesias doe Queluz e Belas pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contracto com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula;
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a União das Freguesias de Queluz e Belas exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 16.ª

Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contracto e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar;
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas;
3. Não constituem força maior, designadamente:

   a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

   b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

   c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

   d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

   e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou a incumprimento de normas de segurança;

   f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

   g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente

comunicada à outra parte;

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas, pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 17.ª

Resolução por parte da Entidade Adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem;
2. A entidade adjudicante pode resolver o contrato quando ocorra qualquer circunstância que leve à perda da confiança entre si e o adjudicatário;
3. O direito de resolução exerce-se mediante notificação, por carta registada com aviso de receção, dirigida ao adjudicatário, da qual consta a indicação da situação de incumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do seu conhecimento pela entidade adjudicante;
4. A resolução do contracto não prejudica o direito à indemnização que caiba à entidade adjudicante, nos termos gerais de direito.

Cláusula 18.ª

Resolução por parte do Adjudicatário

1. O adjudicatário pode resolver o contracto quando ocorra qualquer circunstância que leve à perda da confiança entre si e a entidade adjudicante;
2. O direito de resolução exerce-se mediante notificação, por carta registada com aviso de receção, dirigida à entidade adjudicante, da qual consta a indicação da situação de incumprimento, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do seu conhecimento pelo adjudicatário, salvo se esta cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

CAPÍTULO IV

CAUÇÃO

Cláusula 19.ª

Caução

Não exigível prestação de caução, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

CAPÍTULO V

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 20.ª

Foro competente

Para todas as questões emergentes do contracto será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 21.ª

Cessão da posição contratual

A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 22.ª

Gestor do Contracto

Nos termos do art.º 290-A do Código dos Contratos Públicos foi nomeada Gestora do Contrato a Vogal do Órgão Executivo, Dra. Ana Pacheco.

Cláusula 23.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contracto, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contracto;
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contracto deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 24.ª

Contagem dos Prazos

Os prazos previstos no contracto são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

Cláusula 25.ª

Legislação Aplicável

O contrato é regulado pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado pelo Decreto-Lei 111-B/2017 de 31 de agosto, com a sua atual redação, e demais legislação em vigor na parte que lhe for aplicável.

FREGUESIA
QUELUZ - BELAS
a crescer consigo

CLÁUSULAS ESPECIAIS

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Cláusula 26.ª

Especificações Técnicas

1. O fornecimento da viatura com plataforma elevatória/Grua deve obedecer aos requisitos infra constantes:

a) As viaturas devem integrar marcação CE da emissão sonora em termos do respetivo nível de potência sonora, nos termos do Decreto-Lei n.º 221/2006 de 8 de novembro;
b) A construção da viatura deverá obedecer às diretivas e normas em vigor na C.E, nomeadamente quanto às emissões gasosas e de partículas;
c) Iluminação lateral segundo a diretiva CE 91/663 CEE;
d) Corte geral de corrente;
e) Sinalização sonora e luminosa de marcha atrás;
f) Guarda-lamas, nomeadamente os traseiros, com rebordo de borracha flexível, no caso de serem salientes relativamente à carroçaria;
g) Faróis de nevoeiro e farol rotativo led (pirilampo);
h) Vidros de elevação elétrica do lado direito e esquerdo;
i) Todas as caixas localizadas no exterior da cabina, utilizadas para instalar comandos e na instalação elétrica das viaturas, devem ser estanques. A entrada das cablagens deve fazer-se pela parte inferior das caixas, sempre que for tecnicamente possível;
j) A viatura deve ser pintada na cor base branco, com esmalte brilhante acrílico ou aquoso;
k) Tapetes amovíveis na cabina;
l) Buzina de estrada;
m) Ar condicionado;
n) Autorrádio com Kit mãos livres;
o) Extintor de 2 kg de pó químico (ABC), fixado em local de fácil acesso;
p) Uma caixa de primeiros socorros, fixado em local de fácil acesso;

q) O manual de operação, segurança e manutenção deve estar em português e deve contemplar todas as funções descritas neste caderno de encargos, devendo este ser apresentado conjuntamente com a proposta;

r) Deve ser entregue Certificado de conformidade (CE) dos veículos e equipamentos, conjuntamente com a proposta;

s) Chassis 4x2 e Peso Bruto máximo de 3.500 Kg;

t) Suspensão traseira de Molas de lâmina e amortecedores hidráulicos telescópicos de dupla ação;

u) Caixa de velocidades manual;

v) Direção assistida;

w) Sistema de travagem ABS;

x) Motor para combustível gasóleo, de acordo com a norma ambiental Euro VI, potência igual ou superior a 80 kw, entre os 130 e 150cv;

y) Cabina avançada, curta, com lotação de 3 lugares, incluindo motorista;

z) A caixa basculante deverá permitir ser acionada pelo interior da cabine;

aa) Lona de cobertura da zona de carga com enrolador frontal.

- **<u>Características da caixa de carga:</u>**

  - Caixa Tipo Aberta Basculante Retaguarda;
  - Cilindro hidráulico telescópico de 6 t acionado por bomba hidráulica;
  - Tomada de força PTO de acoplamento direto à caixa de velocidades com comando eletromagnético e com avisador luminoso e no quadrante da viatura de ligação à PTO;
  - Avisador acústico e luminoso no interior da cabine de caixa de carga elevada;
  - Disparador de fim de curso;
  - Válvula limitadora de pressão de segurança a todo o sistema hidráulico.

  <u>Dimensões:</u>

  Comprimento: máx. 3.20 mts

  Largura: min. 1,60mt – máx. 2,10 mts

  Qualidade de material estrutural: S235

Estrado:

- Chapa lisa Domex, espessura 3 mm;
- Longarinas e travessas metálicas.

Taipais:

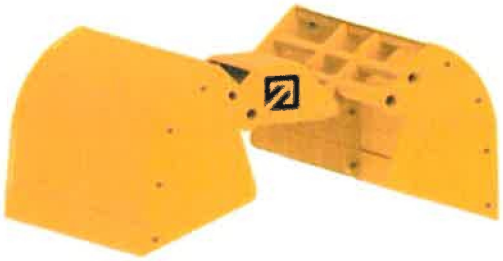
- Taipais inferiores em alumínio com 450 mm altura;
- Segundos taipais de encaixe em painéis perfurados com altura de 750 mm, ou no mínimo à altura da cabine, em estrutura metálica soldada por "spot welding", basculantes sobre o eixo horizontal superior por intermédio de amortecedores a gás;
- Estrutura modular desmontável com ligações aparafusadas permitindo converter em caixa aberta com taipais inferiores ou apenas em estrado.

Frente:

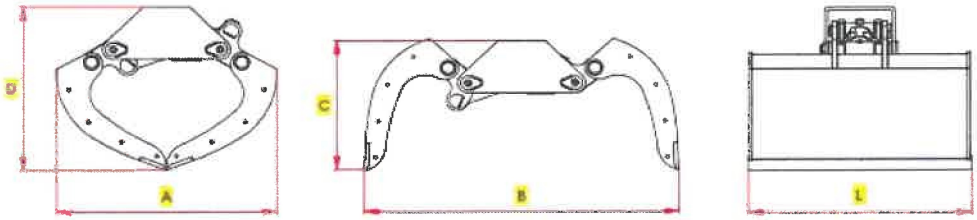
- Malhal metálico de construção modular em chapa perfurada em corte laser na zona superior por forma a facilitar a visibilidade através do óculo traseiro da cabine.

- **Características da grua:**
  - Momento de elevação entre 2,5 tm e 2,7 tm;
  - Alcance com uma extensão hidráulica <= 4,0 m;
  - Capacidade de carga a 3,9 m >= 630 kg;
  - Ângulo de rotação entre 360 e 370º;
  - Momento de rotação entre 0,3 e 0,4 tm;
  - Pressão de trabalho entre 250 e 275 bar;
  - Classificação H1-B2 segundo a EN12999;
  - Quinta e sexta função disponíveis na extremidade da grua com engates rápidos;
  - Apresentação de estudo de viabilidade de estabilidade e de capacidade de carga para a solução proposta (chassis, grua e caixa de carga), juntamente com a proposta;
  - Apresentação de certificado de qualidade da grua, juntamente com a proposta;
  - Existência de serviços de assistência no concelho de Sintra;
  - Balde, foto indicada, e rotor hidráulico com capacidade de 90 litros.





DISEGNO TECNICO / TECHNICAL DRAWING



Portata gru a braccio sfilato / Lifting capacity at the end of boom

Peso escavatore / Excavator weight

Modello Type	Capacità Capacity	Portata Load	Peso Weight	Pressione Pressure	Portata olio Oil flow			A	B	C	D	L
	Lt	kg	kg	Max bar	Lt/min	Ton.	Ton.	mm	mm	mm	mm	mm
BOTL MR 35	35	100	32	200	10	0,1-0,3	0,8-1,0	456	624	304	357	305
BOTL MR 50	50	150	52	200	15	0,2-0,4	0,8-1,2	626	894	390	492	330
BOTL MR 91	90	200	85	200	15	0,2-0,5	1,0-1,5	770	1100	480	605	350
BOTL MR 125	125	250	134	200	20	0,3-0,7	1,2-1,7	840	1200	523	660	450
BOTL MR 155	155	350	143	200	20	0,4-0,8	1,2-2,0	840	1200	523	660	550
BOTL MR 175	175	350	152	200	20	0,5-0,9	1,5-2,2	840	1200	523	660	650
BOTL MR 205	205	450	161	200	20	0,6-1,0	1,8-2,5	840	1200	523	660	750
BOTL MR 225	225	450	170	200	20	0,7-1,2	1,8-3,0	840	1200	523	660	850
BOTL MR 320	320	700	208	200	20	0,9-1,3	2,5-3,5	1040	1430	565	780	800
BOTL MR 360	360	700	220	200	20	0,9-1,5	2,5-4,0	1040	1430	565	780	900
BOTL MR 400	400	700	232	200	20	1,0-1,6	3,0-5,0	1040	1430	565	780	1000
BOTL MR 500	520	1000	315	200	30	1,0-2,0	4,0-7,0	1200	1640	660	905	1000
BOTL MR 600	620	1000	343	200	30	1,0-2,0	4,0-7,0	1200	1640	660	905	1200

Disposições finais:

1) Tara máxima veículo com todos os equipamentos instalados não superior a 3000Kg.